

FAMÍLIAS, RELAÇÕES DE GÊNERO E EXPERIÊNCIA FEMININA NO TRABALHO*

Iracema Brandão Guimarães

O crescimento contínuo do trabalho remunerado na população feminina é um fato revelador de um amplo quadro de mudanças. Entre essas, destacam-se as configurações subjetivas, baseadas nas experiências vividas pelas mulheres na família e no trabalho. Essas esferas também se modificam, pois a organização familiar passa a se apoiar em novas bases, redefinem-se as condições da reprodução, em decorrência da estruturação das classes sociais e surgem novas oportunidades no mercado de trabalho.

INTRODUÇÃO

A realização de atividades remuneradas tem crescido intensamente entre a população feminina, generalizando-se nos segmentos mais pauperizados, ampliando-se depois às mulheres solteiras e, recentemente, às casadas em outras situações sociais. Indicando uma clara relação entre a condição econômica e a posição na família, a atividade remunerada parecia inicialmente limitar-se às situações em que se impunha a necessidade de prover a própria sobrevivência e a de familiares. Atualmente, tornando-se um fenômeno mais abrangente, essa expansão sugere que diversos fatores atuam configurando um processo de mudança mais geral. Esse diz respeito tanto aos aspectos internos da

Em nossas atividades de pesquisa contamos com o apoio do CNPq. Agradeço aos consultores do Caderno CRH as sugestões recebidas na revisão do presente trabalho.

Professora do Departamento de Sociologia e Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia.

Caderno CRH, n. 16, p. 51-64, jan/jun, 1992.

organização familiar que restringiam o trabalho feminino remunerado, como aos aspectos externos e estruturais que atuavam em direção semelhante.

Para o caso da Bahia, parece importante situar uma tendência que já vem se configurando, e com mais intensidade, em outras regiões. Considerando-se inicialmente a participação dos grupos domésticos na população economicamente ativa, entre 1970 e 1980, constata-se que essa participação registrou um pequeno aumento (30.5% e 31.5%). Entretanto, ele se diferencia segundo a posição no grupo e o sexo: houve um declínio da atividade masculina que concentrou-se entre os chefes de família (78.64% e 74.38%) e um aumento das atividades de mulheres identificadas como cônjuges².

Esse aumento afirma-se de maneira constante para a população feminina em relação a todas as posições ocupadas na família, sendo portanto mais intenso entre as esposas e companheiras.

No conjunto da população economicamente ativa, a proporção de mulheres identificadas como chefes provedoras permaneceu estável (17%) e os setores onde encontraram maiores oportunidades de trabalho foram as atividades sociais e a prestação de serviços, o que é compatível com estudo já empreendido sobre o tema (Castro, 1989). Quanto ao segmento das mulheres que partilham a condição de provedoras (16,8% em 1980), e que se tornaram mais representativas no mercado de trabalho baiano, suas oportunidades ocupacionais foram obtidas, em ordem decrescente, ou nas atividades sociais, ou na administração pública ou na prestação de serviços. Nesse último setor, tanto quanto na agropecuária, constatou-se um declínio da participação das mulheres que partilham encargos familiares.

Essas tendências são compatíveis com o perfil da força de trabalho feminina na Bahia, identificado em estudo anterior, (Castro e Guimarães, 1987). Nele identificou-se que, a partir das intensas mudanças ocorridas particularmente no período 70-80, contrairam-se as oportunidades ocupacionais em setores industriais considerados tradicionalmente femininos, como a confecção manufatureira e a indústria têxtil, ou mesmo os serviços domésticos remunerados. Paralelamente, a participação feminina em setores da circulação de mercadorias e finanças aumentou intensamente, de tal sorte que, considerando o conjunto das atividades de serviços, agregavam nada menos que 65% do total das mulheres ocupadas em 1980. Nesse con-

1 Entre esses aspectos internos encontram-se o envolvimento dos laços afetivos e de parentesco, o ciclo vital da família, a quantidade do trabalho doméstico e a sua combinação com atividades produtivas destinadas ao mercado.

2 Os dados citados foram retirados dos Censos Demográficos de Famílias e Domicílios, 1970 e 1980, encontrando-se parte em Guimarães (1990).

junto de atividades, que em parte inclui o chamado setor informal, ou um mercado secundário, constatou-se também uma transferência das oportunidades ocupacionais, mediante o declínio do pessoal ocupado em serviços de consumo individual (como alimentação, alojamento, higiene pessoal, serviço doméstico) e um aumento do pessoal ocupado em serviços de consumo coletivo (educação, saúde, lazer, atividades sociais) e na administração pública, onde passa a predominar o emprego assalariado (Castro e Guimarães, 1987:17).

Segundo as informações das PNADS para a Bahia³, em 1984 e 1985, confirma-se a tendência enunciada. Constata-se um declínio na proporção de homens identificados como chefes-de-família economicamente ativos (72% em 1984, e 71% em 1985), o que pode refletir a retirada do mercado de trabalho por motivos de saúde e aposentadoria. Pode refletir também as situações de desemprego. Do mesmo modo, a população feminina identificada como chefe provedor apresenta proporções estáveis em 1984 e 1985, segundo a mesma fonte (10%). E na posição de cônjuges - correspondendo ao segmento destacado - confirma-se o aumento das atividades remuneradas (31,8% em 1984, e 34,4% em 1985).

As análises da participação feminina no mercado de trabalho e a própria discussão da valorização do trabalho pelas mulheres, têm levado diferentes pesquisadores a constatarem os limites do quadro explicativo que buscava entendê-las enquanto função da família, dos papéis sexuais, ou dos mecanismos e estratégias de sobrevivência. Este argumento parecia revelar, no caso específico, o quanto a disposição das mulheres para o trabalho remunerado constituía uma imposição da pobreza. Faltava atentar-se para as diferentes configurações da vida familiar e extra-familiar. Uma reflexão sobre os novos e diferentes contextos que inspiram essa discussão e seu referencial teórico vem sendo empreendida, com vistas a ampliar e ordenar esse quadro explicativo amplo e complexo.

Examinando partes desses argumentos é possível entender essas mudanças que vêm ocorrendo em segmentos da população baiana, de

3 Em uma avaliação dos dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios, para a década de 80, Arias (1988:68-74) enfatiza que essas pesquisas podem ser consideradas como o mais adequado mecanismo divulgado para o conhecimento da população trabalhadora, mas reconhece os limites das medições do emprego centrados em uma única semana do ano, com a ressalva de maior comprometimento para as análises do emprego rural. Ao lado disso, recomenda que a observação de tendências deve basear-se nos anos mais próximos dos censos, ou em meados da década, o que buscamos manter, checando os nossos dados com as PNADS de 1984 e 1985. Sabe-se, no entanto, que a comparabilidade não é direta, quando trata-se de pesquisa amostral.

modo semelhante ao que já ocorre em regiões que experimentam um intenso crescimento econômico.

Assim, as mudanças nas relações familiares constituem um dos eixos explicativos fundamentais para o entendimento desse processo. As mulheres assumem progressivamente a posição de provedoras de grupos domésticos, freqüentemente partilhando-a com um companheiro; todavia, o entendimento desse processo não pode ser dissociado de outros fatores, correlatos à dinâmica da vida familiar e à reprodução cotidiana, a exemplo das idéias e dos comportamentos relativos ao envolvimento dos diversos membros da família no trabalho remunerado, transcorrendo em um quadro de harmonia ou conflito. Isso incide sobre a vida familiar, configurando relações de gênero, mantendo ou modificando as representações elaboradas pelas mulheres sobre a família e o trabalho. Aspectos como esses adquirem características particulares nas classes trabalhadoras.

Essa argumentação deve conduzir, portanto, a novos caminhos para se repensar as configurações e particularidades da vida familiar, articulando-as ao desenvolvimento do mercado de trabalho e à emergência das classes sociais. Isso envolve diferentes níveis de problemas que podem ser melhor ordenados se verificamos, no referencial empírico, o modo como são socialmente construídas e reconstruídas as relações de gênero, enquanto representações e configurações simbólicas que fundamentam as diferenças. Essas últimas remetem ao plano das subjetividades, elaboradas tanto no mercado de trabalho, como na família, ou em outras esferas sociais.

Para tanto, tomamos inicialmente como base um trabalho de campo realizado no final dos anos 70⁴. Essa pesquisa permite apontar as configurações subjetivas de diferentes segmentos da força de trabalho feminina, tomando como referência a família e as motivações para o trabalho remunerado, já que esses configuram-se como os principais espaços nos quais as mulheres baseiam as suas vivências e experiências (Lobo, 1989a). Retomando essa análise, discutimos a existência de alguns fatores favoráveis ao trabalho feminino remunerado, e buscamos inseri-los na discussão atual sobre as relações de gênero.

4 Foram realizadas 38 entrevistas com trabalhadoras inseridas em diferentes segmentos da força de trabalho feminina: transformação industrial (metalurgia, produtos alimentícios, têxtil), comércio e finanças (pequeno comércio, loja de departamentos, farmácia, banco privado e estatal) e serviços (limpeza pública e de estabelecimentos, serviços de saúde e a administração pública). Essas entrevistas serviram de base para a elaboração da dissertação de mestrado Mulheres Assalariadas: Os fatores ideológicos da emancipação feminina, apresentada ao Mestrado de Ciências Sociais da UFBA (Guimarães, 1979).

1. EXPERIÊNCIAS E FALAS DE MULHERES ASSALARIADAS

O trabalho assalariado, como fator comum ao conjunto das entrevistadas, iniciou-se entre os 17 e 20 anos em média, demonstrando como as regras familiares que em gerações passadas valiam apenas para os filhos homens, passam a valer também para as filhas, o que fica patente a partir de referências como, "o pai não podia mais sustentar filhos adultos sem trabalhar", ou, "não podiam, não queriam mais pedir dinheiro ao pai para necessidades pessoais". Argumentos como esses enfatizam a valorização positiva do emprego, e principalmente do salário, como meio de satisfazer as necessidades de consumo que, no passado, eram em grande parte satisfeitas através da produção doméstica.

No grupo de entrevistadas com renda mais baixa, como as operárias industriais e empregadas nos serviços de limpeza que integram os segmentos da classe trabalhadora, havia, no entanto, uma continuidade de atividades desde a infância ou adolescência, como auxiliares na agricultura de subsistência, ou no serviço doméstico para a própria família. Em vários casos, faziam esse serviço para outras famílias, onde eram consideradas afilhadas ou agregadas e por isso não o consideravam como trabalho. Situação comum também se encontrava entre aquelas que trabalharam anteriormente como costureiras, bordadeiras, manicures, cabelereiras, no próprio domicílio ou em pequenos estabelecimentos, abandonando essas atividades devido à irregularidade da renda e das condições de trabalho.

A aquisição de um emprego nessas situações era extremamente valorizada pela estabilidade, pelas garantias, pelo "ganho certo" e pelo horário fixo de trabalho. Entre as empregadas em serviços, a tentativa de procurar emprego em fábricas era mencionada, o que remete a situações semelhantes àsquelas referidas pelas próprias operárias, como a dificuldade de admissão nas fábricas, pelo fato das empresas sempre exigirem experiência anterior, ou pelas restrições genéricas impostas ao emprego de mulheres, em grande parte atribuídas aos problemas familiares. Assim, por essas e outras razões, em uma empresa metalúrgica, as mulheres, juntamente com os rapazes menores, auferiam as mais baixas rendas e exerciam as atividades mais simplificadas. E na fábrica de alimentos, elas eram admitidas apenas nos setores de embalagem e finalização do produto, como outros pesquisadores também observaram.

Nos bancos, estabelecimentos comerciais e instituições públicas encontrava-se o outro grupo de entrevistadas, integrantes das camadas médias. Em geral, elas não tinham inserção anterior em outras atividades. Entre as bancárias, encontramos a referência comum de considerarem essa atividade provisória, enquanto nos serviços de saúde e

na administração pública, as mulheres encontravam perspectivas de estabilidade e realização de carreira. Em todos esses casos, as próprias mulheres referiam-se à sua adequação a determinadas atividades: o atendimento à clientela e o preenchimento dos mesmos talões e formulários durante anos nos bancos; os requisitos de educação, paciência e boa aparência para a atuação no comércio; a extrema dedicação e paciência para a atuação como auxiliares de enfermagem.

Essas situações exemplificam as relações simbólicas e ideológicas existentes, tanto na esfera doméstica como na esfera do trabalho. Assim, entre os empresários e chefes-de-serviços as qualidades das mulheres trabalhadoras são atribuídas intrinsecamente à natureza feminina. Qualidades naturalizadas que são, em realidade, construídas e reproduzidas socialmente, a partir da permanência das mulheres no trabalho reprodutivo (Kergoat, 1990: 3-5). A internalização dessas qualidades pelas próprias trabalhadoras, justificava o caráter dependente, a necessidade de proteção, a gratidão pelo tratamento pessoal por parte dos gerentes e chefes administrativos. Essas configurações podiam ser encontradas tanto em uma ampla rede de farmácias, como em um pequeno estabelecimento comercial, considerado como "uma família" pela informante. Por outro lado, a ausência dessas relações em uma loja de departamentos no centro da cidade, era vista como uma forma de injustiça vivenciada no cotidiano de trabalho: não se aceitava os atrasos, faltas, ou licenças freqüentes, e nem as recusas em dar horas-extra, devido à formalidade da grande empresa.

A duração da jornada de trabalho, extremamente valorizada pelas trabalhadoras nas diferentes situações, remetia fortemente aos laços familiares e aos encargos domésticos. Cerca de 70% das mulheres entrevistadas tinham encargos e, em geral, a maioria encarregava-se pessoalmente de sua realização, quando não contavam com algum parente do sexo feminino para substituí-las durante o horário de trabalho, especialmente no cuidado das crianças. Ainda assim, as trabalhadoras geralmente assumiam o transporte das crianças para a escola ou para o médico, a limpeza e reparação das roupas de familiares e a realização das compras. Entre aquelas de mais baixa remuneração, haviam oito casos em que deixavam a casa e os filhos menores sob o cuidado de adolescentes entre dez a quinze anos, filhas mais velhas, irmãs, ou primas.

A permanência no local de trabalho por uma média de dez horas levava boa parte dessas mulheres a concentrarem a realização das tarefas domésticas durante as noites, como o cuidado do vestuário e a preparação de refeições. Reservavam para os fins de semana a realização das compras em geral e a limpeza da moradia. Em todos esses casos, a divisão sexual das tarefas permanecia praticamente inalterada e em alguns poucos casos os companheiros encarregavam-se

do transporte das crianças ou de parte das compras necessárias. A realização concomitante de atividades domésticas e remuneradas era considerada como uma necessidade de conciliação e nunca como sobrecarga de trabalho. Não era possível omitir-se das tarefas domésticas, pois, as regras construídas, tanto na esfera privada como no trabalho reprodutivo, as definiam como prioridades femininas. (Ker-goat, 1990).

Entretanto, o fato das trabalhadoras internalizarem a necessidade de assumir uma atividade remunerada, mantendo-se inalterada a divisão sexual de tarefas domésticas, remete ao âmbito das percepções culturais, das demandas práticas da vida cotidiana e dos processos decisórios que delas decorrem (Scott, Tilly, 1987: 11-12). Essas percepções tendem a ser lentamente modificadas, em situações de confronto entre permanências e mudanças. Por um lado, as configurações subjetivas que sustentam as regras e códigos das atribuições de homens e mulheres são socialmente construídas, assumindo contornos culturais que caracterizam as práticas e representações dos diferentes grupos sociais. Por outro lado, elas podem ser rompidas ou alteradas na medida em que os espaços onde são elaboradas e reelaboradas não mais se restringem à família, mas passam a incorporar também o mercado de trabalho, as experiências do ambiente de trabalho e outros universos sociais. (Lobo, 1989a).

Os efeitos das permanências podiam ser identificados em diversos aspectos do discurso das mulheres entrevistadas. Apareciam nas restrições impostas ao acesso ao mercado de trabalho ou à própria mobilidade profissional. Uma bancária entrevistada considerava que a verdadeira dificuldade estava no acesso aos altos cargos da administração dos bancos, porque isso requer disponibilidade de horário de **trabalho para** diversos serviços extras, como viagens, reuniões e compromissos em fins de semana. Em diferentes graus, as mesmas restrições eram experimentadas por trabalhadoras em outros setores.

As situações analisadas permitem entender que a ruptura com as construções sociais das atribuições femininas e seus contornos culturais, **vigentes** nos meios de origem das trabalhadoras, se elabora lentamente. **Essa ruptura pode** ocorrer no quadro da emergência das **classes sociais, do trabalho assalariado e do que alguns** autores passam a chamar de "família salarial" e "economia familiar de consumo" (Scott, Tilly, 1987). **Nessas colocam-se as perspectivas de** melhoria do nível de vida e de mobilidade social, que tendem a imprimir novas bases à **organização familiar. Um dos elementos que sugere** a possibilidade dessa ruptura é a experiência do **trabalho assalariado**, incorporada ao discurso das entrevistadas.

Estando envolvidas em relações de gênero, as mulheres inserem-se também na relação salarial e em relações de classe, de tal modo que

a experiência de classe seria vivida de maneira diferenciada por homens e mulheres, resultando em uma classe dividida (Lobo, 1989b). No grupo de entrevistadas, isso pode ser identificado quando afirmam, de modo consensual, que, uma vez integradas às atividades remuneradas, não pensavam mais em deixá-las, porque é preciso "ganhar o próprio dinheiro", ou é importante "não precisar pedir dinheiro... não depender de homem... nem de ninguém". A situação de dependência econômica era repensada em relação à própria vivência do trabalho.

É importante destacar como a valorização do poder aquisitivo do salário, conduzia à percepção de mudanças na própria posição da mulher na família. A contribuição econômica e o estatuto de trabalhadora passavam a ser valorizados e reconhecidos também pelos companheiros das entrevistadas. Isso modificava, até certo ponto, as relações conjugais, ainda que não interferisse na divisão sexual das tarefas.

Em seu conjunto, esses elementos do discurso das trabalhadoras, adquirem um sentido mais claro, se lembrarmos a argumentação de Lobo (1989b) sobre a emergência de uma geração de mulheres com uma prática de trabalho regular, vivendo um processo de integração à cultura urbana e de mudanças nos padrões educacionais, podendo conduzir a mudanças em sua subjetividade, através da experiência do trabalho assalariado. A importância dessas mudanças é ampliada pela redefinição das condições estruturais do mercado. O trabalho assalariado tornou-se um dos principais elementos organizadores da vida familiar, redefinindo também as condições objetivas da reprodução. A forma de realização do conjunto das atividades domésticas cotidianas também se modifica, em sua natureza e quantidade, liberando as mulheres para o trabalho remunerado.

2. A FAMÍLIA SALARIAL E AS RESTRIÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO

Embora diversos estudos tenham procurado mostrar que há um aumento do trabalho familiar em períodos de crise econômica e pauperização acentuada, é possível perceber, como lembra Jelin (1989), que a crise corresponde a uma acentuação temporal de alguma tendência mais geral. Assim, a realização de atividades remuneradas tende a ser mais um aspecto inerente à organização doméstica e às relações familiares. São níveis de análise imprescindíveis para o entendimento do modo de organizar a vida nas classes trabalhadoras, e isso fica patente quando determinados segmentos sociais começam a inserir-se na "economia salarial familiar" ou na "economia familiar de consumo" (Scott, Tilly, 1987).

Além disso, quando se configura em uma tendência mais geral, o aumento da participação familiar em atividades remuneradas também permite perceber que as decisões individuais ou familiares quanto ao trabalho, levam em conta as oportunidades existentes no mercado de trabalho. A articulação entre essas oportunidades, a adequação dos membros disponíveis no grupo doméstico e, com elas, a mediação das relações familiares, constituem um conjunto de fatores explicativos que deve ser agregado à presente discussão. Isso permitirá chegar a uma compreensão mais global dos processos da reprodução e das condições de vida dos trabalhadores.

Amplamente determinados pelas transformações induzidas nas relações assalariadas de trabalho e na integração à vida urbana, os grupos domésticos e familiares tendem a se organizar enquanto unidades de residência e consumo. Ao lado disso, o ingresso de novos contingentes femininos no mercado de trabalho sugere que, ao assumirem a posição de provedoras, junto com os seus companheiros, as mulheres encontram-se em situações onde o ciclo de vida familiar não pode mais ser um obstáculo à atividade remunerada. A separação entre os espaços onde se realizam a produção e a reprodução tem numerosas conseqüências, entre as quais as prováveis modificações na divisão de trabalho entre os sexos e seus contornos culturais.

Portanto, um conjunto de transformações encontra-se em curso e pode explicar a reconstrução de uma esfera da reprodução, onde as funções familiares são redefinidas, as relações familiares e o modo de socialização pela família se transformam, ligando-se à escola, aos serviços de saúde, aos espaços urbanos. (Chabaud-Rychter et al, 1985: 21). Do mesmo modo, o próprio espaço do trabalho doméstico se estende também ao mercado de bens de consumo. A família salarial torna-se então separada da esfera econômica, mas, ao mesmo tempo totalmente, dependente dela, pois a economia fornece os meios do trabalho doméstico, ligando-o ao mercado: de uma parte, torna-o monetário, e de outra, consumidor de bens.

A redefinição dos laços familiares e a necessidade de contar com mais de um salário para a reprodução do grupo indicam também que isso decorre dos aspectos culturais da reprodução a **dos** padrões de consumo que especificam as classes. Portanto, a **soma da salários** no grupo doméstico, freqüentemente significa a superação dos níveis de pobreza, incluindo uma perspectiva de mobilidade social, de melhoria do nível de vida (Telles, 1988; Montall, 1990; Schwartz, 1990).

Ao enfatizarem a análise dos aspectos externos à organização familiar, diversos autores privilegiam a relação entre o trabalho das mulheres e dos jovens e as tendências e oportunidades do mercado de trabalho. Afastam-se, assim, das interpretações do possível caráter complementar, transitório e cíclico desse trabalho, em função das situações

familiares ou dos papéis sexuais⁵. Nesse quadro, o suposto de que as mulheres são as primeiras demitidas e as últimas a serem reincorporadas em períodos de crise ou recessão tem sido discutido. Por exemplo, a diminuição relativa das oportunidades ocupacionais no período 80-81 no total do país, incidiu sobre trabalhadores de ambos os sexos.

Além disso, durante a agudização da crise em 83, o desemprego atingiu os trabalhadores masculinos, enquanto o emprego continuou a crescer para as trabalhadoras, também no setor formal (Spindel, 1986); desse modo, a recessão econômica não teria afetado a incorporação de mulheres à atividade assalariada. Assim, as restrições ao emprego de mulheres na indústria brasileira passaram a ser entendidas como resultado das políticas empresariais e das resistências dos trabalhadores da indústria ao trabalho remunerado das próprias companheiras. Isso não ocorre para o conjunto das atividades de serviços no país, onde o emprego feminino é predominante, aumentando para 67% no período 70-80, correspondendo na maioria a mulheres casadas com filhos (Hirata, Humphrey, 1986:186-188).

Para Humphrey (1990) o desemprego masculino não constitui fator explicativo para o crescente ingresso de mulheres casadas no mercado de trabalho e esse ingresso também não seria atribuído às situações de crise e pauperização. Entretanto, as restrições ao trabalho feminino ainda são amplas, especialmente na indústria. Nesta última, as limitações indicam uma preferência pelo emprego de mulheres jovens, solteiras, sem qualificação, ou semi-qualificadas, o que, segundo o autor não corresponde a uma prática universal. Ao mesmo tempo, constata que a situação doméstica é reconhecida pela política empresarial como fator importante para homens e mulheres mas, somente a condição de chefe provedor entre os homens tende a ser reconhecida como fator de pressão por salário, por promoções e como fonte de temor ao desemprego (Humphrey, 1987:194-198).

CONCLUSÃO

A amplitude e complexidade das mudanças ocorridas em relação à família e ao trabalho feminino e as análises discutidas até aqui nos **remetem** finalmente à noção de gênero. Na perspectiva aqui apresen-

5 **Refletindo sobre a relação** entre a família, o trabalho e o mercado, embora sob **ópticas diversas, alguns** autores, além dos citados, parecem chegar a posições **semelhantes, no sentido de repensar** a dinâmica da vida familiar e de indicar as **tendências do mercado de** trabalho: Safa (1983), Garcia, Munõz, Oliveira (1983), G. Castro (1989), Telles (1988) Montall (1990) e A. Castro, B. Guimarães (1990), Costa (1990).

tada, encontramos referências à organização de uma economia familiar que se desenvolve com o trabalho assalariado (Scott, Tilly, 1987), apoiada em laços familiares e situações domésticas que reforçam relações de dependência e também de solidariedade. Somente com a incidência de outros fatores, verifica-se a ruptura das configurações simbólicas que sustentam a construção social das diferenças e da subordinação feminina.

Entre esses outros fatores encontram-se a experiência de uma classe trabalhadora e "as articulações complexas entre os modos de vida e as práticas de trabalho dos coletivos que experimentam condições de vida e uma cultura comum, nas quais os indivíduos baseiam a representação de sua situação ao nível das idéias" (Lobo, 1989b: 5). A heterogeneidade das vivências de homens e mulheres no trabalho fabril permite entender, por exemplo, que não se coloque no horizonte das operárias a perspectiva de qualificação profissional e da valorização do saber porque se constituem como eternas ajudantes.

Essas observações, fundadas no trabalho fabril, esclarecem a importância da participação em relações assalariadas de trabalho. Ao mesmo tempo elas contribuem para entender melhor as restrições ao emprego de mulheres na indústria e a sua concentração no conjunto das atividades dos serviços, ou no mercado considerado secundário. Embora os diferentes usos da noção de gênero demonstrem a dificuldade de consenso entre os diferentes pesquisadores, algumas questões que vêm sendo levantadas permitem aprofundar uma linha de reflexão sobre a problemática aqui apresentada.

Tomar-se como ponto de partida as interrogações e tentativas de respostas sobre as origens da opressão feminina conduz inevitavelmente aos argumentos biológicos (Lobo, 1989a: 78). Mas isso obscurece a compreensão das muitas formas com que as sociedades definiram o gênero, enquanto representações contidas nas formas históricas das relações entre mulheres e homens. Assim, um certo consenso parece ser estabelecido na busca de significados das representações do feminino e masculino, ou seja, das construções culturais e históricas das relações de gênero, remetendo aos diversos espaços onde elas se constroem: a família, o mercado de trabalho, as instituições, a subjetividade, reconhecendo-se que as relações de gênero permeiam diferentes esferas (Lobo, 1989a, 1989b).

Esse reconhecimento e a dificuldade de consenso quanto ao uso da noção remetem, também, à discussão de um sistema de gênero, de caráter relacional, pensado como processo de transformação dos indivíduos através de relações que se travam no terreno do poder, onde a base biológica da sexualidade é culturalmente experimentada. Nessa perspectiva, as relações de gênero (para alguns, relações sociais de sexo) são pensadas como maneiras contemporâneas de organizar nor-

mas culturais passadas e futuras que têm como fundamento a localização - situação das diferenças e semelhanças de classe, através de relações de gênero. Isso implica em admitir que as idéias e condições materiais são inseparáveis, agem conjuntamente como fatores explicativos da subordinação da mulher, o que definiria o gênero como relação social e, portanto, estrutura de poder - o qual pode ser exercido independentemente da concordância dos dominados (Saffioti, 1990:11 - 18).

Em aspectos fundamentais, as formulações de Lobo e Saffioti remetem a Scott e também Kergoat, ao pensarem uma categoria analítica. Joan Scott constitui uma referência comum, quando define o gênero em dois níveis: a) como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos; b) como forma básica de representar relações de poder, de modo que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis (Scott, 1988: 42). D. Kergoat, enfatizando as tradições anglo-saxônica e francesa, no uso dos termos relações de gênero ou relações sociais de sexo, afirma: a) as diferenças nas práticas sociais masculinas e femininas são socialmente construídas; b) essa construção social tem uma base material que deve ser apreendida historicamente, e apoia-se em uma vontade de hierarquização (Kergoat, 1990:13).

Numa variedade de estudos de caso, "a temática mulher e trabalho vem perdendo terreno na área de estudos sobre a mulher, e, particularmente, na ótica dos estudos sobre as relações sociais de gênero que vêm privilegiando análises sobre representações, o imaginário, e o simbólico nos discursos, não se encontra uma continuidade aos trabalhos pioneiros de Saffioti (1968) e Blay (1972)" (Castro, Lavinias, 1990:3). Em uma avaliação semelhante, embora divergindo em alguns aspectos, encontra-se roteiros que levam a uma atualização das pesquisas empreendidas dentro do tema mulher e trabalho (Castro, Guimarães, 1990). Ao privilegiar-se a análise das representações, do imaginário e do simbólico, encontramos no terreno próprio das relações de gênero, como formas básicas de representar relações de poder (Scott, 1988). É, portanto, a partir desse enfoque que pensamos ser possível entender as recentes mudanças quantitativas e qualitativas que ocorrem no domínio específico do trabalho feminino.

BIBLIOGRAFIA

AGIER, Michel.

1989 O sexo da pobreza: homens, mulheres e famílias numa "avenida" em Salvador. *Tempo social*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 35-60.

- ARIAS, Afonso Rodrigues.
1988 Revisando as PNAD's: força de trabalho à luz dos resultados divulgados na década de 80. In: ABEP. *PNAD's em foco*. São Paulo:
- CASTRO, Mary Garcia.
1989 *Family, gender and work: the case of female heads of household in Brasil*. Flórida: Dissertação (Doutorado).
. LAVINAS, Lena.
1989 *Do feminino ao gênero: a construção de um objeto*. Estudo sobre a mulher no Brasil. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- CASTRO, Nadya A., GUIMARÃES, Iracema, Brandão
1987 O que é que a baiana faz? Os novos padrões da divisão sexual do trabalho nas atividades urbanas no estado da Bahia. *Caderno CRH*, Salvador, n. 5.
_____, GUIMARÃES, Iracema Brandão
1990 Divisão sexual do trabalho: produção e reprodução. *CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS*, Recife, v. 6, n. 1, jan/jun.
- CHAUBAUD-RYCHTER, Danielle, FOUGEYROLLAS-SCHWEBELL, Dominique, SONTONNAX, F.
1985 *Espace et temp du travail domestique*. Paris: Lib. des Meridiens. COSTA, Letícia.
1990 Aumento da participação feminina: uma tentativa de explicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8. *Anais*. São Paulo, ABEP, p. 231 -244. GUIMARÃES, Iracema Brandão.
1979 *Mulheres assalariadas: os fatores ideológicos da emancipação feminina*. Salvador: UFBA, Dissertação (Mestrado).
- 1990 A participação da família no mercado de trabalho: notas a partir dos censos demográficos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8. *Anais do...* São Paulo, ABEP, p. 199-146. HIRATA, Helena, HUMPHREY, John.
1986 Stratégies familiales et politiques patronales: le cas du Brésil, *N.Q.F.*, [s.l.], n. 14-15, pg. 181-194, hiver.
- HUMPHREY, John.
1987 *Gender and work in the third world*. London: Tavistock Publications.

1990 Mercado de trabalho, recessão, desemprego. In: SEMINÁRIO DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA. São Paulo: USP/ Pós-Graduação (notas).

- JEUN, Elizabeth, GOGNA, Mônica.
1989 *Los pobres: família e vida cotidiana*, Buenos Aires, CEDES (mimeo).
- KERGOAT, Daniele.
1990 Qualification et rapports sociaux de sexe, le cas des ouvriers et celui des infirmières. In: CONGRÈS MONDIAL DE SOCIOLOGIE, 12, Madrid.
- LOBO, Elizabeth.
1989a Os usos do gênero. In: SEMINÁRIO RELAÇÕES DE SEXO/RELAÇÕES DE GÊNERO. São Paulo: USP/Depto. Sociologia (mimeo).
- 1989b Trabalhadoras e trabalhadores: o dia a dia das representações. In: SEMINÁRIO POLÍTICAS DE GESTÃO, RELAÇÕES DE TRABALHO E PRODUÇÃO SIMBÓLICA. São Paulo: USP (mimeo). MONTAU, Lília.
1990 Família e trabalho na Grande São Paulo: notas sobre os arranjos familiares na crise do início dos anos 80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8. *Anais...* São Paulo, ABEP, p. 209-230. SAFA, Helen.
- 1983 El empleo femenino y la reproducción de la clase obrera en Puerto Rico. *Estudios Sociológicos*, México, n. 3. SAFFIOTI, Heleieth I.B.
1990 *Rearticulando gênero e classe*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 14, GT A mulher na força de trabalho, Caxambu, mimeo.
- SCHWARTZ, Olivier.
1990 *Le monde prive des ouvriers: hommes et femmes du Nord*. Paris: Presses Universitaires de France. SCOTT, Joan W., TILLY, Louise.
1987 Women In the family wage economy. In: *WOMEN, Work & Family*. New York: Methuen.
- SCOTT, Joan.
1988 *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University.
- SPINDEL, Cheywa.
1986 *A mulher e a crise econômica dos anos 80 no Brasil, notas para um projeto de pesquisa*. São Paulo, IDESP. TELES, Vera da Silva.
1988 *Trabalho e família: a produção das diferenças entre trabalhadores urbanos*. São Paulo, ANPOCS (Relatório Ford).